

A falácia do discurso de modernização e a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco

Mara Íris Barreto Lima

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Itabaiana, Sergipe, Brasil

E-mail: mara21iris@gmail.com

Fernando Paixão Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Itabaiana, Sergipe, Brasil

E-mail: o-fernan_do@hotmail.com

Bruno Andrade Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

E-mail: ribeiro.pensador@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe analisar a falácia da modernização como simulacro da reprodução da pobreza e miséria no Baixo São Francisco, em Sergipe. Do Projeto Platô de Neópolis à realidade da Comunidade Brejão dos Negros, salienta-se o espectro da modernização como apropriação de terra e água e precariedade do trabalho. O agrohidronegócio como processo de expropriação é responsável pela intensificação de conflitos que fomentam a luta pela soberania e reprodução social. Como percurso teórico-metodológico estiveram as entrevistas, cujas falas dos sujeitos contribuíram para o embasamento de uma realidade caracterizada pela expansão de vastas terras para a produção de cana-de-açúcar, grama e frutas tropicais para exportação, ao mesmo tempo em que emerge como um dos territórios mais desiguais e miseráveis do estado. No devir que aponta o horizonte da realidade, concorda-se que o ser geógrafo deve se fazer como ser revolucionário, ao captar o singular/particular como totalidade, munido das categorias universais do pensamento crítico. Portanto, se a essência nos informa sobre a permanência dos camponeses, ribeirinhos e quilombolas, a luta é considerada como condição, meio e produto da resistência humana.

Palavras-chave: Capital; Trabalho; Terra; Modernização; Agrohidronegócio.

The fallacy of the modernization discourse and the appropriation of land and water in the Baixo São Francisco

Abstract

This article aims to analyze the fallacy of modernization as simulacrum of poverty reproduction simulation and misery in Baixo São Francisco, Sergipe. From the Plateau of Neópolis Project to the reality of the Brejão dos Negros Community, we highlight the spectrum of modernization as land and water appropriation and precarious work. The agribusiness as an expropriation process is responsible for intensifying conflicts that foster the struggle for sovereignty and social reproduction. As a theoretical-methodological course there were the interviews, whose subjects' speeches contributed to the foundation of a reality characterized by the expansion of vast lands for the production of sugarcane, grass and tropical fruits for exportation at the same time that it emerges as one of the most unequal and miserable territories in the state. In the future that points to the horizon of reality, it agrees that being a geographer should be doing to be revolutionary, to capture the singular / particular as a whole, equipped of the universal categories of critical thinking. Therefore, if the essence informs us about the permanence of

peasants, riversides and quilombolas, the struggle is considered as a condition, means and product of human resistance.

Keywords:Capital; Work; Land; Modernization; Agribusiness.

La falacia del discurso de modernización y la apropiación de tierra y agua en el Baixo São Francisco

Resumen

Este artículo propone analizar la falacia de la modernización como un simulacro de la reproducción de la pobreza y la miseria en el Baixo São Francisco, en Sergipe. Desde el Proyecto de la Meseta de Neópolis hasta la realidad de la Comunidad Brejão dos Negros, destacamos el espectro de la modernización como apropiación de tierra y agua y trabajo precario. El agrohidronegocio como proceso de expropiación es responsable de la intensificación de los conflictos que fomentan la lucha por la soberanía y la reproducción social. Como camino teórico-metodológico fueron las entrevistas, cuyas declaraciones de los sujetos contribuyeron a la fundación de una realidad caracterizada por la expansión de vastas tierras para la producción de caña de azúcar, pasto y frutas tropicales para la exportación, al mismo tiempo que emerge como uno de los territorios más desiguales y miserables del estado. En el devenir que apunta al horizonte de la realidad, se acuerda que el geógrafo debe ser revolucionario, capturando lo singular / particular como una totalidad, equipado con las categorías universales del pensamiento crítico. Por lo tanto, si la esencia nos informa sobre la permanencia de los campesinos, los habitantes de las riberas y las quilombolas, la lucha se considera como una condición, un medio y un producto de la resistencia humana.

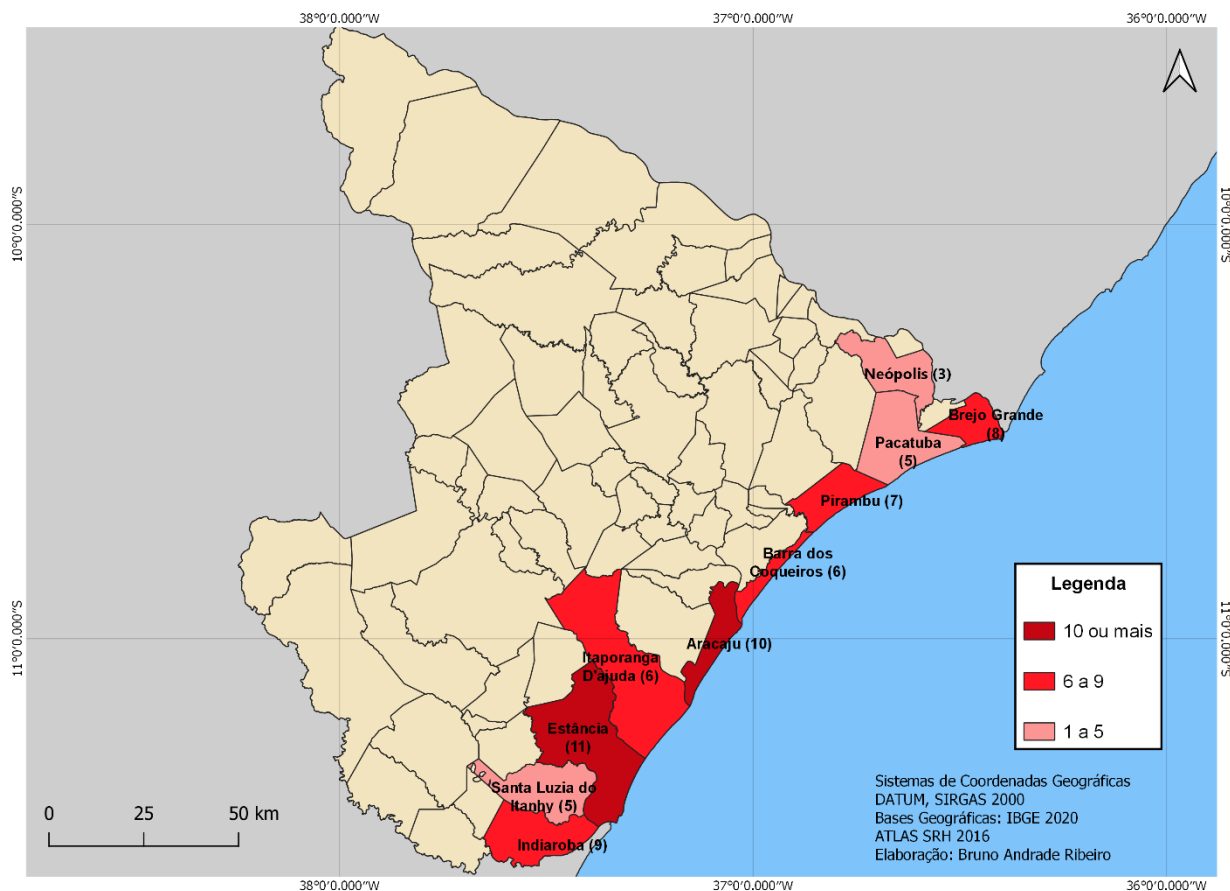
Palabras clave:Capital; Trabajo; Tierra; Modernización; Agrohidronegocio.

Introdução

O Relatório anual da Comissão Pastoral da Terra “Conflitos no Campo Brasil 2019” informa que todos os 69 conflitos mapeados em Sergipe, com impacto para 3.087 famílias, estiveram relacionados à água, principalmente à apropriação privada indevida e à poluição em áreas de conservação por vazamento de óleo (Figura 01). No Baixo São Francisco¹, onde se inserem os recortes analíticos do presente artigo, o espectro da modernização dissocia e subordina a terra e os sujeitos históricos que reproduzem a autonomia e soberania camponesas. As tensões que envolvem a apropriação privativa das terras por empresas monopolizadoras desvelam o caráter dilapidador do capital, cuja ordem sociometabólica espelha a destrutibilidade e o descontrole.

¹ Integra os municípios de Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.

Figura01 – Conflitos por água em Sergipe, Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2019



Fonte: CPT, 2020
Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

Nos liames de uma modernização excludente fundamenta-se o conceito de agrohidronegócio como processo que envolve a apropriação da terra, da água e do trabalho camponês e que serve de fomento para projetos lucrativos e concentradores. Desse modo, o presente escrito objetiva analisar a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco, em específico, as facetas do agrohidronegócio no Projeto Platô de Neópolis e as tensões travadas entre camponeses, ribeirinhos, quilombolas e empresas capitalistas. Apreender o avanço do agrohidronegócio e as resistências camponesas via luta por terra e água se constitui em exercício de análise e compreensão de contradições no curso da produção e reprodução do espaço agrário sergipano, sem dissociá-lo da atualidade da questão agrária brasileira. O mapeamento de conflitos por água em Sergipe desvela uma realidade marcada pelo avanço do discurso de modernização como gerador de empregos e melhoria da qualidade de vida, cujos liames mascaram a precarização e precariedade através da perpetuação de concentração de renda e destituição da autonomia e soberania camponesas (CPT, 2020).

No Quadro 01 estão sistematizados os principais conflitos identificados no Baixo São Francisco (CPT, 2020):

Quadro01 – Conflitos por água no Baixo São Francisco, Sergipe, 2019

Município	Nome do conflito - CPT
Brejo Grande	Comunidade Carapitanga/DESO/ Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Pov. Samarém/Saramém
Brejo Grande	Com. Quilombola Brejão dos Negros
Brejo Grande	Comunidade Resina
Brejo Grande	Colônia Z-16/Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Com. de Foz do Rio São Francisco/ Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Ilha da Costinha/Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Praia do Cabeço/Vazamento de Óleo
Neópolis	Colônia Z-07Vazamento de Óleo
Neópolis	Ilha das Flores/Vazamento de Óleo
Neópolis	Comunidade Pacatuba/Vazamento de Óleo
Pacatuba	Pov. Santana dos Frades
Pacatuba	Praia de Ponta dos Mangues/Vazamento de Óleo
Pacatuba	Povoado Tigre
Pacatuba	Povoado Junça
Pacatuba	Pov. Pontas dos Mangues

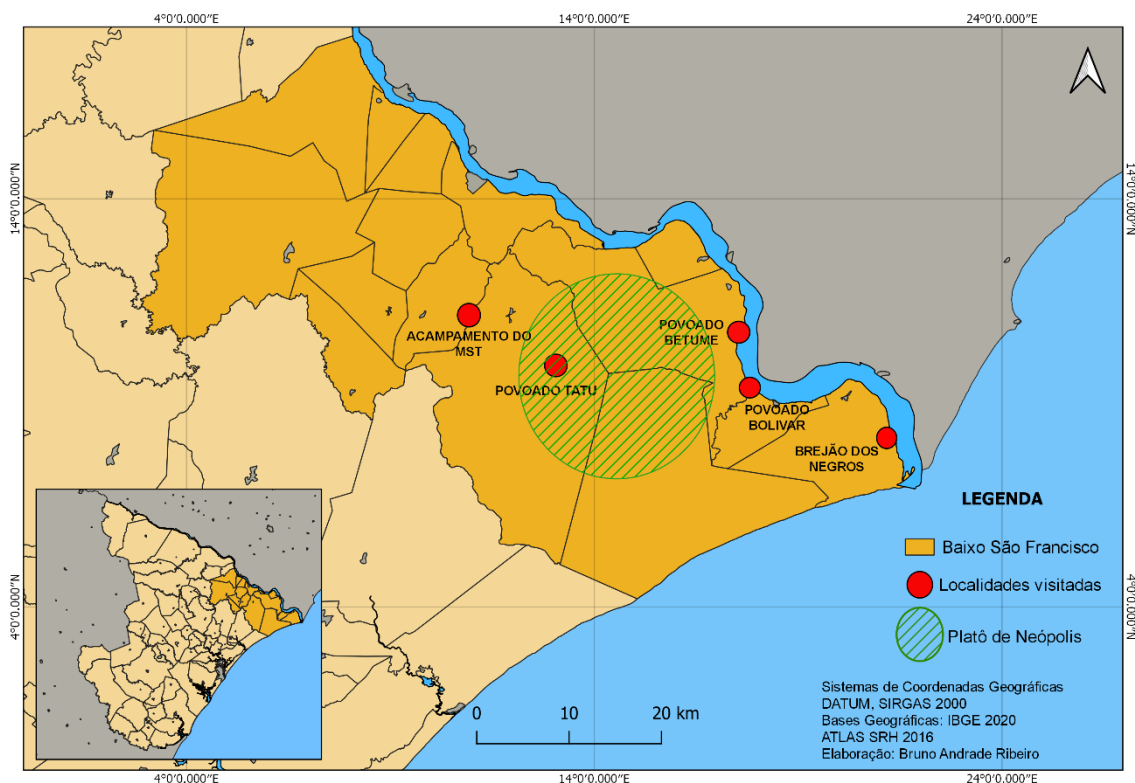
Fonte: Caderno “Conflitos no Campo Brasil 2019”

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

As visitas técnicas ao Platô de Neópolis e a interlocução em comunidades do Baixo São Francisco, a citar: Povoado Betume, município de Neópolis; Povoado Tatu, município de Japoatã; Povoado Bolivar, município de Ilha das Flores; Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, município de Brejo Grande e no Acampamento do MST “Maria Lindaura”, na divisa

dos municípios de Japoatã e São Francisco, embasam a análise sobre o avanço de relações capitalistas no campo, através da expropriação e exploração dos substratos essenciais à reprodução humana: trabalho, terra e água, conforme visualiza-se no mapa abaixo (Figura 02):

Figura 02 – Baixo São Francisco, Sergipe: localidades visitadas, 2019



Fonte: SRH (2016)
Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

A terra fornece os meios de subsistência e os de trabalho para o ser humano, porque ela “[...] é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano” (MARX, 2017, p. 257). O substrato que prescinde o trabalho e a produção do espaço é, pois, a terra. A fala dos sujeitos pesquisados enfatiza a luta pela permanência e resistência da autonomia camponesa, ribeirinha e quilombola na contramão dos ideais burgueses de desenvolvimento e progresso que transportam o signo da acumulação e perpetuação da pobreza/miséria.

O conceito de agrohidronegócio em Thomaz Junior (2010) associa a monopolização da terra junto aos recursos hídricos, com viés essencialmente mercadológico a partir da destruição sem precedentes, sobretudo, ambiental, e à precarização das relações de trabalho. Na perspectiva do autor supracitado:

As ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras inter-capital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica – portanto apta à modernização – e entre os próprios trabalhadores são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral (THOMAZ, 2010, p. 96).

Na munição teórica sobre o conceito e os temas que se desdobram, pensar o avanço do capital no campo, a falácia dos discursos ditos modernizadores e a apropriação da terra e da água é valer-se da categoria acumulação primitiva fundamentada em Marx (2017). No vigésimo quarto capítulo do Livro I, as bases teórico-históricas que constituem a “assim chamada acumulação primitiva” são elaboradas partindo do pressuposto de que a violência é parteira da história do sistema capitalista, em contraposição ao pensamento idílico da Economia Política Clássica. Enquanto categoria sob crítica, o caráter primitivo da acumulação deve ser entendido como processo histórico complexo e violento, caracterizado pela expropriação² do trabalhador direto (com o exemplo mais nítido do camponês) e a conversão dos seus meios de vida em capital. O controle da água, da reprodução vegetal e a intensificação de agrotóxicos potencialmente mortíferos integram as novas formas de conversão ao capital, ou seja, o des(controle) da vida para a reposição da taxa de lucro.

No exemplo do agrohídronegócio tem-se a premissa de que a mercantilização da terra, água e trabalho são os pilares responsáveis pela expansão do capital no campo: “A monopolização da propriedade privada da terra se apresenta como essencial estrutura para garantir a posse da água, seja ela subterrânea ou superficial, e para submissão do trabalhador” (CUNHA; CARVALHAL, 2014, p. 77). Todavia, em uma análise dialética, não se dissocia tal processualidade do movimento e da contradição, categorias universais que acompanham o pensamento marxiano, e, portanto, o devir. A atualidade da “assim chamada acumulação primitiva” é observada quando se sabe que a água e a terra, como todos os demais meios de produção são indissociáveis na relação sociedade-natureza, e a expropriação dos recursos naturais é condição *sui generis* da ordem sociometabólica do capital.

O suposto progresso da agricultura capitalista é responsável pelo empobrecimento dos camponeses em uma dispersão contínua e capaz de alquebrar sua capacidade de resistência:

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (MARX, 2017, p. 573).

² Como perda de propriedade/cisão do ser humano de seus meios de produção.

O discurso modernizador se configura no signo da dominação do capital, pois sua forma está permeada de um conteúdo: subsunção do trabalho vivo. Ao longo do século XX, racionaliza-se o trabalho sob o arcabouço taylorista-fordista, humanizando-o no sentido de transformar a exploração humana em mecanismo falseado de extração de mais-valor no contexto de sociedade de consumo em massa. Aos camponeses dissemina-se a ideia de superação da própria condição para transmutar-se em pequeno produtor/empreendedor, ao mesmo tempo em que a máquina aglutina terras, o espaço de reprodução do campesinato é diminuído. As relações não-capitalistas de produção são subordinadas ao mercado, pois revelam o porvir do sociometabolismo do capital enquanto avidez por mais terra e mais trabalho (RIBEIRO, 2020).

O moderno-capitalista é a destruição de qualquer tentativa de socialização dos meios de produção, da terra e do trabalho como concreção do desenvolvimento de cada um como princípio de transformação da realidade. Portanto, na negação humana afirma-se o regimento de regras e leis que sustentam as personificações do capital e os grilhões em forma de interesses dominantes e extração de lucro. No campo, o processo de reprodução ampliada do capital manifesta-se na subordinação direta e indireta do trabalho camponês ao mercado capitalista, seja na expansão do agronegócio, ou, no exemplo dos minifúndios, com a oferta da produção para a venda e aquisição de insumos tecnológicos para produzir (OLIVEIRA, 2012).

Na instrumentalização do trabalho e da natureza à lógica capitalista de mercado, o processo de apropriação do espaço passa a ser mundializado. A expansão da produtividade e, em seu bojo, da tecnologia informacional, se encontra concatenada ao aumento do trabalho vinculado à informalidade, com seres de baixo valor de uso, como mulheres, crianças e camponeses forçados a se inserirem no mercado para participarem do circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias. Na reflexão de Oliveira (2012, p. 32) sobre a mediação homem-natureza através do trabalho, depreende-se que: “A tecnologia na perspectiva de valorização do capital é constantemente inovadora, revolucionária. Todo seu aprimoramento é acompanhado de um aumento da divisão social e territorial do trabalho, a qual é fonte de todas as alienações”.

Portanto, pensar a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco é partir de uma realidade marcada pela reprodução de bolsões de pobreza e miséria contraditoriamente em um *lócus* de disseminação de discursos de empreendedorismo rural, tecnificação e geração de empregos associados ao Projeto Platô de Neópolis. Na contramão do capital, a luta e a resistência se materializam nas falas dos acampados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e nos quilombolas e ribeirinhos que integram Brejão dos Negros, em Brejo Grande.

Do Platô ao Brejão: o agrohidronegócio como condição da ofensiva do capital no campo

A princípio, o Projeto Platô de Neópolis foi implantado em 1992 por incentivos governamentais para a elaboração, planejamento e construção de infraestrutura e condições de operacionalização dos processos de produção e comercialização em diferentes escalas, além da fiscalização realizada pela empresa estatal Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO. O Projeto integra os municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. A área do projeto soma 10.432 hectares, com 7.230 hectares irrigados e aproximadamente 50 km de canais que bombeiam as águas do Rio São Francisco em quatro estações para o abastecimento do Platô. As terras foram divididas em 40 lotes para empresários integrantes da Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis – ASCONDIR, vinculada à exportação da produção agrícola (ASCONDIR, 2019). Os solos da localidade apresentam baixa fertilidade e alta infiltração, o que corrobora para o uso de técnicas e pesquisas para promover a produtividade a partir do emprego de altas tecnologias, instrumentos de correção e manejo do solo, uso de fertilizantes, herbicidas e fungicidas contra possíveis pragas e doenças que acometem os diferentes cultivos, como o exemplo notório da produção de coco verde (Figura03).

Figura 03 – Produção de coco verde em lotes do Projeto Platô de Neópolis: territorialização do capital no campo



Fonte: Lima (2019)

O Platô está associado à construção ideológica e materializada pela ofensiva do capitalquês que se exprime no campo como motor imprescindível da acumulação do capital, que tem o lucro como principal objetivo. A década de 1960 marca as dinâmicas das relações

sociais no campo e o amadurecimento do Complexo Agroindustrial (CAI), em um contexto que concentra as tensões no campo gestadas pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela eufórica elite urbana, preocupada em abrir o mercado gradativamente (CAMPOS, 2009).

O agronegócio é a expressão macabra de uma elite que controla não apenas os setores agropecuário e agroindustrial, mas também o mercado, além de ser protegido pela grande mídia e exercer poder político através da Bancada Ruralista. De acordo com Vasconcelos (2015), este modelo está: “[...] associado a novos empreendimentos técnico-científicos, de ideias criativas e inovadoras para um Novo Mundo Rural, o agronegócio se consolida como anunciador de transformações” (VASCONCELOS, 2015, p. 91).

Em alusão à mundialização da agricultura, Oliveira (2016) argumenta que a produção camponesa é subordinada aos interesses do capital, que impõem o discurso de segurança em contraposição à soberania alimentar. A falácia da “Revolução Verde” e da modernização da agricultura é denunciada pelos dados: em 2014 contabilizaram-se 805 milhões de seres humanos em situação de fome crônica (OLIVEIRA, 2016).

O cenário catastrófico é gestado enquanto condição do sistema em reproduzir os interesses da classe burguesia a partir de grandes empresas que buscam o domínio dos territórios (CAMPOS, 2009). Essa ofensiva se projeta dentro das políticas públicas do Estado, responsáveis por favorecer a iniciativa privada, como se observa no Projeto Platô de Neópolis. Desde a sua idealização até a implementação, o capital se legitima contra a reprodução social das comunidades camponesas/ribeirinhas/quilombolas.

O controle de vastas porções de terra e o acesso à água para grandes empreendimentos de irrigação são monopolizados por empresários que personificam o agrohidronegócio no Baixo São Francisco, a exemplo do Grupo SAMAM. Esse modelo de apropriação escamoteia estratégias de dominação, que, sob o aval do Estado, dissemina discursos de geração de emprego e erradicação da pobreza e da miséria. Todavia, a realidade do território é marcada pela intensa concentração de renda, desemprego estrutural, informalidade e pobreza, conforme os dados sobre Índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde os anos 2010, todos os municípios do Baixo São Francisco apresentavam o índice acima de 0,45 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010). Acima de 0,55 estavam os municípios de Ilha das Flores e Pacatuba e, nos valores de 0,52 a 0,55 estavam os municípios de Neópolis, Propriá, Cedro de São João e Canhoba. O Índice de Gini nos anos 2000 englobou a metade dos municípios do Baixo São Francisco com o valor de 0,55, o que representava/representa uma forte desigualdade e concentração de renda. Com relação ao IDH, nos anos 2000, o território possuía em sua maioria municípios que se enquadravam na classificação de muito baixo desenvolvimento humano (0,000 – 0,499) e baixo desenvolvimento humano (0,500 – 0,599). Em 2010, a maioria dos municípios se concentraram em baixo desenvolvimento humano e apenas cinco

municípios classificados como médio desenvolvimento humano (0,600 – 0,699) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

A pobreza como face da riqueza se revela nos lucros da SAMAM Agrícola, que se territorializa e monopoliza nas terras do Platô. A empresa inclui investimentos em distintos ramos, como veículos leves e pesados, máquinas agrícolas, indústria sucroalcooleira e produção de cocos. No endereço eletrônico³ oficial do Grupo, os investimentos no agronegócio são estimados em 70 milhões de reais, com destaque para a cana-de-açúcar e o coco. No Platô, os lotes de terras são destinados para os proprietários dos grupos corporativos que objetivam a exportação, que além da SAMAM Agrícola, inclui a FRUTEX, com produções em larga escala de frutas tropicais, a citar: coco verde, banana e manga e outras que estão sistematizadas no endereço eletrônico da ASCONDIR (Quadro 02):

Quadro 02 – Empresas que possuem lotes de terra no Platô de Neópolis

Empresa	Área irrigada	Nome do responsável
AGROINDUSTRIAL CAMPO LINDO	507 ha	Sem nome do responsável
COFARMA CENTRO INTEGRADO DE FRUTICULTURA LTDA	295 ha	Fernando (sem sobrenome disponível)
FRUTESE AGRÍCOLA LTDA	168 ha	Jorge Henrique L. Fonseca e Adonias Libório Fonseca
SÃO FRANCISCO CITRUS LTDAde Guaxupé (MG)	503 ha	José Francisco Baldini Elias
EZEQUIEL FERREIRA LEITE NETO (FRUTAL)	533 ha	Ezequiel Ferreira Leite Neto
SAMAM AGRÍCOLA LTDA	250 ha	Manoel de Aguiar Menezes Neto
Empresas variadas	1.481	Manoel de Aguiar Menezes Neto

Fonte: ASCONDIR (2020)

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

³ Disponível em: <http://samam.com.br/novo/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Em uma das empresas beneficiadas com o Projeto Platô de Neópolis – a Empresa H. Dantas Comércio Navegação e Indústria LTDA – aglutina cerca de 30.000 pés de coqueiros, dos quais 25.000 pés estão em produção; além disso, o consumo de água somente nesta empresa chega a 3.750,000 litros por dia (ou 3.750 litros por m³) e, aproximadamente 112.500 litros por m³ de água mensalmente. Isto se explica porque são utilizados 150 litros de água por coqueiro diariamente, sem contar que outras empresas utilizam 300 litros de água por dia, mas nesta, o funcionamento do sistema de irrigação é operacionalizado por 20 horas, o que contabiliza uma cifra altíssima de consumo e controle das águas do São Francisco.

O território do Baixo São Francisco expressa o contraste de grandes extensões de terra com cana-de-açúcar e de grama irrigada a partir de pivôs (Figuras 04 e 05). O agrohidronegócio mina as águas do Rio para sustentar os lucros crescentes e perpetuar as marcas de desigualdades que assolam os municípios pesquisados:

Figura 04 – Produção de cana-de-açúcar no Platô de Neópolis, Sergipe



Fonte: Lima (2019)

Figura 05 – Irrigação de grama com uso de pivô central no Platô de Neópolis, Sergipe



Fonte: Lima (2019)

Os incentivos fiscais concedidos à atração de empresas para as instâncias municipais e a expansão do capital no campo sergipano, principalmente no limiar do novo século são processos que acompanham as transformações no território. Desde o período ditatorial, quando os órgãos estatais no campo foram emparelhados e envolvidos em uma ideologia empresarial que destinou os interesses econômicos ao mercado, observa-se a gradual espacialização de relações capitalistas às margens do Velho Chico. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), criada em 1947 e reformulada a partir de 1967, emerge como instância propulsora de políticas públicas que visam erradicar a pobreza na região. No Baixo São Francisco, a Companhia localiza-se no Povoado Betume, em Neópolis, e atua para a manutenção da população e o apoio técnico para a produção de arroz e a atividade pesqueira. De acordo com o relato do Engenheiro de Pesca da CODEVASFP. P. S., o Projeto Betume foi idealizado como política de cunho social referente aos impactos da construção de hidrelétricas do Vale do São Francisco na década de 1970. As ações mitigadoras forneceram os financiamentos necessários à construção de perímetros irrigados na década de 1980. Na perspectiva apontada em Sousa (2013, p. 47), os financiamentos devem ser considerados a partir do contexto histórico, em que o Brasil consolida sua posição na Divisão Territorial do Trabalho como agroexportador:

Nesse percurso, de forma imperativa, os países pobres, entre eles o Brasil, deveriam adquirir financiamentos como uma condição necessária ao desenvolvimento rural. De posse desses financiamentos, o Governo brasileiro passou a planejar e executar um “novo” modelo de agricultura para a Região Nordeste, sobretudo no Sertão Nordestino, tendo como base a irrigação possibilitada pelas águas do Rio São Francisco.

Nessa discussão, a ideia de espraiamento do capital-imperialismo para as chamadas “sociedades secundárias”, envolveu expropriações e enormes concentrações de capitais. No caso do Brasil, a segunda metade do século XX é caracterizada pelo avanço das expropriações originárias e a ocupação das fronteiras internas ao capital, através da apropriação de terras pela grande propriedade (FONTES, 2010). Oliveira (2008) argumenta que a centralidade da expansão capitalista no Brasil deve ser compreendida, em essência, através da simbiose moderno-arcaico, em que o pacto burguês-latifundiário foi responsável pela manutenção da exploração dos camponeses, negados enquanto trabalhadores no estatuto social.

Desse modo, a modernização brasileira sob o discurso de “Revolução Verde” que se espacializa nos vastos territórios em formações de fronteiras agrícolas com áreas superiores a extensões territoriais de países, significou a contínua cisão entre camponês, terra e trabalho. A terra como meio, movimento e fim para a perpetuação da condição social do campesinato é incontestável diante dos movimentos históricos de luta e enfrentamento contra o capital monopolista. Nessa luta, a moderna sociedade burguesa é a expressão de uma realidade em que, nas palavras de Berman (2007, p. 118): “Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o redesenvolvimento e a renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora”.

A chamada modernização conservadora, no âmbito da política econômica ditatorial brasileira, fomentou um arcabouço tecnológico de introdução de maquinário e venenos para o campo e se constituiu em formas de planejamento regional pensado desde os anos 1950, e que significou uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (DELGADO, 2005). O suposto progresso representado pelo fomento ao maquinário, a disseminação de técnicas e insumos agrícolas e a constituição de uma base moderna emergem como mecanismos de perpetuação da desigualdade no campo brasileiro. A pobreza, a desigualdade e a precariedade do trabalho são intensificados, revelando a face oculta da falácia ‘civilizatória’.

Ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal que se impõe ao campo brasileiro é defendida como “única alternativa” pelos representantes do agrohidronegócio, compreende-se que a história de subordinações dos sujeitos excluídos da apropriação da terra, água e trabalho concreto é a história de uma expropriação que, segundo Marx (2017, p. 787): “[...] está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”.

Nessa discussão, Vasconcelos (2015) argumenta que o processo de expropriação da população da região que engloba o Baixo São Francisco “[...] deixou de fora a maioria dos trabalhadores e onde a pobreza continua inabalável sem alterar sua marca histórica da permanência da exploração” (VASCONCELOS, 2015, p. 53). No bojo dessas relações contraditórias tem-se dimensão da situação que se encontram os camponeses: uma extrema

subordinação aos ditames dos empresários capitalistas, assim como a dependência dos meios de trabalho como a única saída na busca pela sobrevivência. Logo, conforme depoimento do técnico L. R. de uma das empresas beneficiadas com lotes do Platô:

Aqui próximo tem um assentamento, que é o Pindoba, tem um outro que é o Betume. Assim, geralmente esses assentamentos é tudo legalizado pelo governo, o governo pega uma terra, não que eles entram e invadem, não ocorre isso, e a própria mão de obra deles é aproveitada aqui, é tanto que temos vários funcionários desses assentamentos aqui. (Entrevista concedida por L. R., Povoado Betume, em Ago./2019)⁴.

Desse modo, os camponeses se encontram imersos em uma realidade que não garante condições dignas de vida, subordinados à informalidade caracterizada por trabalhos temporários/parciais, ou como são conhecidos na localidade: “funcionários safra”. As comunidades visitadas se encontram permeadas por conflitualidades e tensões constituídas pela expansão do agrohidronegócio. Desde uma população que teve suas terras desapropriadas pelo Projeto e que ainda resiste, como o exemplo da comunidade do Povoado Tatu, nos limites do Platô, no município de Japoatã – SE, aos que se encontram acampados e assentados nas proximidades do Projeto (Figuras 06 e 07), na luta pela posse da terra em lotes ociosos:

Figuras 06 e 07 – Acampamento do MST “Maria Lindaura”, Japoatã, Sergipe



Fonte: Lima (2019)

As lutas incessantes de movimentos camponeses, entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – integrado à Jornada Mundial das Lutas da Via

⁴ Pesquisa de campo na disciplina de Geografia Agrária realizada em agosto de 2019, no Platô de Neópolis – SE. Entrevista com técnico de uma das empresas presente no Platô, no dia 23 de agosto de 2019.

Campesina, cobram e protestam por ações do Estado pela soberania e contra a expropriação do agrohidronegócio refletido nas grandes propriedades e na intensificação do uso de agrotóxicos e fertilizantes. Os trabalhos de campo desvelam a precariedade dos camponeses, submetidos à subordinação da produção agrícola e dos recursos pesqueiros das comunidades diante da expropriação das empresas. Além disso, as tensões se acirram com as perseguições às lideranças dos movimentos de luta. Portanto, o capital reproduz espaços da miséria, conforme análise de Conceição (2005, p. 169):

A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro.

A autora entende que ser geógrafo é ultrapassar os limites da aparência da paisagem e apreender as contradições que o tornam responsável pelo fim da sociedade do capital, da riqueza e do lucro. No caminho, as resistências devem ser consideradas e somadas ao campo de luta, a exemplo da Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande. Com 486 famílias pela luta da titulação, os quilombolas sobrevivem através da pesca e da agricultura de autoconsumo, que durante décadas são cerceadas por grupos econômicos dominantes⁵. Nessa realidade, vislumbra-se a agressividade dos representantes do agrohidronegócia tentativa de destruição do modo de vida, conforme fala de M. A. S:

A gente podia encostar um barco, podia saltar, chegava no muro, a gente fazia um fogo e podia assar um peixe, hoje em dia nem um barco você pode encostar, porque o cara chega com uma 12 e diz caia fora porque o dono não quer ver ninguém aqui não, aí você tem que sair, é uma coisa que no tempo de meu pai não existia, mas agora é isso que a gente está vendo. A comunidade se cria da luta e vive da luta. (Entrevista concedida por M. A. S., Brejão dos Negros, Ago. /2019).

Os relatos apontam para a importância da terra e da água como substratos essenciais à reprodução social da Comunidade. Um dos desdobramentos do cerceamento dos recursos hídricos no Baixo São Francisco, que releva a perversidade do capital no espaço agrário sergipano, é o acirramento das tensões no território, que opõem os camponeses e quilombolas aos representantes do empresariado urbano. Na legitimação das desigualdades sociais, revela-se a conflitualidade e a necessidade de transformação. Os termos agrohidronegócio ou hidroterritório têm forte peso no espaço em que se encontram disputas constantes pelo acesso e controle da água, em suas diversas expressões e formas de poder

⁵ Disponível em: <http://cpisp.org.br/brejao-dos-negros/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

no território (TORRES, 2007). Agrohidronegócio e/ou agrohidroterritórios captam a territorialização e monopolização do capital sobre o campo, sobre a vida de milhares de trabalhadores e a natureza enquanto condição de vida.

A partir de variados relatos, a fala como signo dialético e expressão de um contexto de luta, acompanha o processo de resistência:

As comunidades quilombolas não era reconhecidas como público da Reforma Agrária, apesar da gente tá no plano, estava no plano, mas a gente não era reconhecido, o Incra não reconhecia as comunidades quilombolas, só reconhecia os assentados e aí foi uma briga, foi uma luta muito grande, começamos a reunir os dados, fazer os movimentos e nós tivemos que fazer isso quase que formando um grupo secreto pra discutir, isso partiu daqui de Sergipe, o menor estado, fomos os primeiros a fazer isso (Entrevista concedida por M. I. S. S, Brejão dos Negros, Ago./2019).

O movimento e a contradição como categorias do tempo histórico acompanham o ser geógrafo como ser revolucionário, e, desse modo, o presente não se fixa ou cristaliza como um fato consumado. A luta é entendida como um devir e um porvir: da realidade dos conflitos por água no Baixo São Francisco apreende-se o caráter depredador do capital, desde a perseguição e sua violência ao ataque à vida diante dos proprietários de viveiros de carcinicultura (cultivo de camarão), como revela a fala de A. O. S.:

Na época de pesca tem bastante peixe, como a tilápia, e elas conseguem entrar nos viveiros de camarões e se reproduzem com bastante facilidade, quando eles vão fazer a despesca tem um quantitativo muito grande, tem fazendeiro que consegue tirar até uma, duas ou três toneladas de tilápia, só o que eles fazem, como eles não vendem a tilápia, mas eles não dão para a comunidade, aí eles queimam porque apodrecem lá, tocam fogo lá, mas não distribui. E onde tão localizados os viveiros deles a gente não consegue mais entrar, porque antes a gente poderia pegar o peixe na lagoa, pegava o caranguejo, porque era aberta, mas hoje com o viveiro de camarão a gente não pode nem pescar, tanto por conta dos produtos que eles colocam tanto porque é proibido entrar, cada viveiro desse tem duas a três pessoas armadas vigiando. (Entrevista concedida por A. O. S., Brejão dos Negros, Ago. /2019).

Se no passado os esforços estiveram concentrados na luta pelo reconhecimento enquanto comunidade quilombola, no presente, os sujeitos se veem no contínuo movimento de resistência contra a apropriação privada da água por proprietários de fazendas de carcinicultura sem licenciamento ambiental e a expansão do uso da água para a irrigação em larga escala. De acordo com o Relatório da Agência Nacional das Águas (ANA, 2003), o uso em demasia de água para irrigações combinado ao aumento indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes impactam a qualidade de vida das comunidades do Baixo São Francisco. Além disso, somam-se também o uso inadequado do solo, salinização das águas do rio, a pesca

predatória e o declínio dos recursos pesqueiros, falta de água para o abastecimento de comunidades mais pobres e que corroboram para a miséria rural.

O território se insere, pois, dentro de conflitos que incluem desde o lançamento de efluentes industriais – advindos de empresas instaladas às margens do Rio São Francisco – aos conflitos de vazão do rio *versus* desaparecimento de lagoas naturais e áreas produtivas, instalação de tanques e redes contra a qualidade da água e as formas de resistências das comunidades locais expressas em uma das falas dos entrevistados:

Aqui no nosso rio a gente não encontra mais o peixe de água doce, é só peixe de água salgada, é robalo, a carapeba, o xaréu, é a vermelha, é o cabeça de coco, o baiacu, e por esses cantos aqui, beira de rio aqui... E pela lei, do rio para cima, a União tem direito não sei se é 100 metros ou é 50 metros, que é onde o pescador tinha a permissão de ficar, não podia passar, e hoje nem com essa permissão, com esse direito que tem dado pela União, a gente não pode. Hoje se a gente passa do muro tem gente armado, já fugimos da morte, ainda hoje eles entram mata a dentro para ter acesso aos viveiros deles, e a gente fica lutando para ter nosso pão de cada dia. (Entrevista concedida por A. O. S., Brejão dos Negros, ago. /2019).

Compreender a territorialização e monopolização do capital no espaço agrário engloba apreender as estratégias utilizadas pelo capital como ofensiva à existência humana, bem como, de sua integridade. Nestas lacunas, onde o agrohidronegócio almeja em interesses vorazes, ao domínio da terra e, principalmente, sobre a água como motor produtivo, se explica o pacto histórico entre os diferentes setores da sociedade, entre o moderno e arcaico. Thomaz Junior (2010, p. 03) argumenta que: “O capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios”, o que une setores público e privado para o favorecimento dos representantes do agrohidronegócio. Os privilégios de oligarquias agrárias que estabelecem o controle da água e do solo são desnudados nas palavras dos sujeitos em luta:

Como tinha aqui um grupo forte de pessoas que viveu a vida toda manipulando as nossas famílias, os nossos pais, nossos avós, bisavós, eles manipularam a vida toda, então eles achavam que ia ser sempre assim, a partir do momento que você deixa de enxergar com os olhos deles, porque a gente enxergava com os olhos deles, e a gente pensava também da forma como eles queriam, porque era uma forma de achar que eram amigos, mas não eram amigos, era para usar a gente. Nós estávamos sendo escravizados e não éramos escravos, porque a gente trabalhava como meeiros dessas pessoas, que são nossos padrinhos... (Entrevista concedida por M. I. S. S., Brejão dos Negros, ago. /2019)

A apropriação desigual sobre a água e a terra desvela duas facetas: de um lado, os detentores de tecnologias suficientes para impor seu domínio através da subordinação ao controle da classe dominante em um movimento contínuo de expropriação e exploração, que

incluem a tomada de terras, o usufruto em demasia da água para irrigação e a subordinação da força de trabalho, em tendência à precariedade da vida (TORRES, 2007).; e, em contrapartida, uma camada social desprovida desses recursos, na linha de frente da luta e busca de alternativas de usufruto do bem essencial à vida. A permanência do modo de vida, a pressão das comunidades em instâncias políticas, como sindicatos dos trabalhadores rurais, além da manutenção da agricultura de autoconsumo e da atividade pesqueira nos municípios do Baixo São Francisco se constituem em contraponto ao discurso modernizador excludente e compreendem práticas emancipatórias e singulares destas comunidades na garantia da autonomia.

Considerações Finais

A análise como ponto de partida revela a importância em compreender e desconstruir discursos disseminados no/para o campo, como uma clara tentativa de destituir a maior arma de todas as comunidades: a capacidade de lutar. Os autores se apoiam na leitura que empreende o território como conflitualidade, cuja atualidade aponta para a apropriação voraz da terra e da água como expressões de uma “assim chamada acumulação primitiva”.

Portanto, no processo de modernização e mecanização, os relatos de luta e resistência, a busca pela autonomia e soberania são confrontados pelo lucro enquanto interesse único das empresas capitalistas. Nas entrelinhas do particular/singular não se dissocia da totalidade como categoria que apreende o movimento e da contradição no/do real. Se a água passa a garantir a vitalidade da produção – irrigação e energia – e o trabalho vivo, em sua força física e mental, como substrato que deve se subordinar à manutenção da propriedade privada, é porque o capital sobrevive da dilapidação de nervos, cérebros, músculos e meios de produção – terra e água (MARX, 2017). Os ditos "donos da água" se materializam no território na mercantilização, degradação ambiental, com a contaminação da água, detonação dos corpos d'água, das vegetações naturais, afastando a biodiversidade nativa e atraindo espécies exóticas.

Nessa configuração, expressões nítidas do agrohidronegócio no Baixo São Francisco se apontam nos empreendimentos do Platô de Neópolis e dentro do polo de irrigação: a piscicultura e rizicultura em Ilha das Flores (e nos demais municípios), além da carcinicultura e a pesca industrial em Brejo Grande, através da ampliação no número de empresários capitalistas que competem com as comunidades ribeirinhas. A denúncia que se constrói acerca das estratégias de atuação e formas de controle da terra e da água aponta para distintos empreendimentos que minam as águas do São Francisco e seus afluentes.

Nesse sentido, expõe-se o caráter falacioso e ameaçador da modernização; como também, defende-se a necessidade de fortalecimento da organização política para o confronto

e a universalidade da luta. Para tanto, os movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos que se preocupam com a ofensiva do capital sobre o campo e a vida humana, perpetuam os históricos debates sobre a necessária Reforma Agrária e a construção de uma alternativa para a sociedade capitalista. A lógica do capitalismo em sua fase mais selvagem é a capturado trabalho (concreto) e das fontes naturais, como um rastro de destruição de necessidades fundamentais, como alimentação, moradia, acesso à terra e uso da água potável.

No horizonte de obscuridades a serem combatidas pelos trabalhadores em sentido universal, encontram-se os atuais retrocessos na política brasileira, com a escalada autoritária do ultraneoliberalismo responsável pelos desmontes da Legislação Ambiental. Desse modo, abre-se espaço para a iniciativa privada, sustentáculo do agrohidronegócio. Na contracorrente, o ser geógrafo como ser revolucionário, e, portanto, transformador, exige valer-se da Teoria Crítica como *práxis* para ressoar nos caminhos resistentes que acompanham a história do campo.

Referências

ANA. **Diagnóstico Analítico da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira. Brasília**, Brasília, DF: Governo Federal, 2003.

ASCONDIR. **Associação dos concessionários do distrito de irrigação Platô de Neópolis**. Disponível em: <http://www.ascondir.com.br/>. Acesso em 02 out. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL [digital]. **Base de dados**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Agronegócio sob uma perspectiva territorial. In: CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – O caso de Cruz Alta/RS**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009, p. 22-61.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo Brasil, 2019**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Revista Scientia Plena**, vol. 1, n. 6, pp. 166-170, 2005.

CUNHA, Tássio Barreto; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Terra-água-trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do Rio São Francisco. **Revista Pegada**, vol. 15, n. 01, julho/2014, pp. 70-95.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MESZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura capitalista no Brasil. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: laundé Editorial, 2016, p.123-390.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**: O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

RIBEIRO, Bruno Andrade. **A condição camponesa sob o espectro da informalidade**. Dissertação (mestrado em Geografia), PPGEIO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2020. 165p.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. **O agrohidronegócio no Vale do São Francisco**: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2013.

THOMAZ JR, Antônio. Degradação Sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. Revista **Mercator**, Fortaleza, v. 16,2017.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, pp. 92-122, ago. 2010.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água)**: Os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus Impactos nos Arranjos Territoriais. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2007.

VASCONCELOS, Jordana Santana de Oliveira. **Das Interfaces do Projeto de Irrigação Fruticultura Platô de Neópolis ao Agronegócio da Cana de Açúcar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

Sobre os autores

Mara Íris Barreto Lima—Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (DGEI/UFS). Pesquisadora no Programa de Educação Tutorial em Geografia (PET/FNDE) e no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO). Integrante da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Local Aracaju – SE. **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0001-7701-6754>.

Fernando Paixão Santos – Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (DGEI/UFS). Pesquisador no Programa de Educação Tutorial em Geografia (PET/FNDE).
OrcID – <https://orcid.org/0000-0003-0719-4760>

Bruno Andrade Ribeiro – Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS/CAPES). Mestrado em Geografia (PPGEO/UFS/CNPq). Pesquisador no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO) e no Laboratório de Estudos Territoriais (LATER). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7787-7682>

Como citar este artigo

LIMA, Mara Íris Barreto; SANTOS, Fernando Paixão; RIBEIRO, Bruno Andrade. A falácia do discurso da modernização e a apropriação da terra e da água no Médio São Francisco. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 213-233, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

O artigo “A falácia do discurso de modernização e a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco” foi elaborado a partir de contribuições dos três autores. A primeira autora, **Mara Íris Barreto Lima**, desenvolveu a estruturação do artigo, bem como, os trabalhos de campo ao Platô de Neópolis, os registros fotográficos e entrevistas a camponesas e camponeses. O segundo autor, **Fernando Paixão Santos**, também participou da organização dos trabalhos de campo e entrevistas. O terceiro autor, **Bruno Andrade Ribeiro**, se responsabilizou pelo levantamento e sistematização de dados, elaboração de mapas e organização de quadros e a revisão crítica do manuscrito.

Recebido para publicação em 20/09/20
Devolvido para a revisão em 08/06/21
Aceito para a publicação em 12/06/21